



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 28 DE
FEVEREIRO DE 2019**

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Fernando José Martins da Silva, a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 40.º e n.º 2 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos das deliberações do Executivo Municipal datadas de 30 de outubro de 2017 e de 9 de novembro de 2017.

Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.

PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Lília Águas, António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, informou que após o término da presente Reunião de Câmara iria ser, pelo Coordenador do projeto do Orçamento Participativo, efetuada a apresentação da edição de 2019.

O **Vice-Presidente da Câmara**, entregou o resumo das contas da última Edição da “Expobairrada” ao Vereador António Mota.

Revelou a sua satisfação pelo facto de o evento Municipal “Mix&Move” ter sido eleito finalista para a entrega do Prémio Europeu de Mobilidade, sendo este um reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo Município, agradecendo a todos os colaboradores da Câmara Municipal pelo empenho e pela qualidade de trabalho que se refletiu neste prémio e que é um reconhecimento do Município em toda a Europa, reforçando desta forma a projeção que já vinha a ter a nível nacional e internacional, o que não deixa de ser um orgulho para todos os oliveirenses.

Informou que o IPB tem quatro projetos premiados pela Fundação Ilídio Pinho, o Prémio Fundação Ilídio Pinho “Ciência na Escola”, sendo esta, mais uma demonstração da qualidade do ensino naquela Escola, tendo a ESOB sido igualmente premiada com dois projetos, o que revela que a qualidade do



Oliveira do Bairro câmara municipal

ensino no Concelho é reconhecida por entidades independentes.

Relativamente à ADERCUS, que considerou um Clube histórico do Concelho de Oliveira do Bairro na modalidade de atletismo, mas que nos últimos meses deixou de ter atividade desportiva municipal, o que não deixa de ser uma preocupação, uma vez que o Município investiu muito dinheiro naquele Clube, nas suas instalações, pelo que se deve começar a pensar no futuro daquele Clube e das suas instalações.....

No seguimento de intervenções efetuadas nas últimas Reuniões de Câmara por parte do Vereador Fernando Silva a respeito das Minutas de Contrato, nomeadamente de que possuíam sempre o nome da entidade e outros dados, referiu que se pode verificar que, nos últimos meses, todas as Minutas de Contrato que acompanharam as Informações a Reunião de Câmara, não apresentavam nome. ... Recordou que aquele mesmo Vereador votou contra a aprovação de um assunto pelo facto de considerar que, nos Contratos de Empreitada a figura de Gestor de Contrato deve ser um elemento do Executivo Municipal. Face a esta dúvida solicitou esclarecimentos ao Professor Doutor Marcelo Delgado, formador na área da Contratação Pública, tendo o mesmo sido taxativo, dizendo que não recomendava que fosse um Membro do Executivo a ser Gestor de um Contrato.

Referiu que se encontrava na Ordem de Trabalhos da Reunião de Câmara e para conhecimento, um parecer solicitado à CCDD-C, acerca de um apoio concedido ao Rotary Club, tendo a mesma emitido um parecer que é totalmente contrário à opinião manifestada pelo Vereador Fernando Silva, o que não compreende, uma vez que segundo o mesmo, as suas votações são fruto de um trabalho conjunto de elementos da UPOB, tendo questionado se as mesmas são efetivamente o resultado de trabalho desenvolvido pela UPOB, ou se resulta de opiniões individuais daquele Vereador, as quais não têm, aparentemente, a mínima fundamentação.

A **Vereadora Lília Águas**, reportando-se ao desfile de Carnaval, disse ser por todos reconhecido que aquela iniciativa foi uma boa aposta do Executivo Municipal, sendo que a adesão foi enorme, tendo estado presentes cerca de 20.000 (vinte mil) pessoas, as quais encheram as ruas de Oliveira do Bairro e que reconheceram a qualidade do evento.

Tendo sido questionada na última Reunião de Câmara, relativamente aos procedimentos para realização do corço de Carnaval, explicou como tudo foi levado a efeito, que no ano transato após ter sido realizado o respetivo concurso, foi contratada uma empresa, em que esta teria de apresentar um determinado número de escolas de samba que iriam integrar o corço de Carnaval. No corrente ano foi efetuado igual procedimento, acrescentando as IPSS's do Concelho que desfilaram igualmente com os mais pequenos, contudo, o primeiro procedimento com convite a três entidades ficou deserto, tendo uma das empresas informado que não poderia apresentar valores conforme o Caderno de Encargos, relativamente às escolas de samba em causa, mas que o poderia fazer com outras escolas, ou seja, mantendo o objeto do concurso. Tendo em atenção que o valor o permitia, foi posteriormente



Oliveira do Bairro câmara municipal

endereçado convite àquela mesma entidade, a qual, supostamente, estaria interessada em realizar o evento. Sucede, porém, que a empresa solicitou inicialmente a prorrogação de prazo para apresentação da proposta e foi adiando até quarta-feira anterior ao desfile de Domingo, afirmando sempre que eram pessoas de palavra. Na quarta-feira apresentaram uma proposta superior ao valor base do concurso. Passadas duas horas, apresentaram nova Proposta, com 13.000,00 € (treze mil euros) superior ao preço base do concurso.....

Acrescentou que, em face dos valores apresentados o concurso foi anulado e o Executivo foi colocado perante uma de duas soluções, ou a Câmara Municipal assumia o seu compromisso perante a população e avançava com a realização do evento por si só, ou cedia aos valores propostos pela dita empresa.....

Mais disse não ter sido nada fácil preparar o desfile apenas entre quarta-feira e domingo, mas assumiu esse mesmo desafio por entender que a Câmara Municipal o poderia realizar e para não defraudar a população do Concelho.....

Esclareceu que o desfile de Carnaval realizado no passado domingo foi todo ele da responsabilidade da Câmara Municipal, tendo a adjudicação sido feita diretamente às escolas de samba que estiveram presentes, conseguindo-se fazer mais do que estava inicialmente planeado, mas com o mesmo valor fixado no concurso.

Entende ter sido um trabalho meritório, tendo-se trabalhado intensamente de quarta-feira a domingo, mas, na sua opinião, a população do Concelho ficou satisfeita com o evento, que contou, entre o mais, com quatro escolas de samba, dois desfiles de passerelle e cabeçudos.....

De seguida agradeceu a todos os trabalhadores do Município que colaboraram na organização daquele evento.

O **Vereador Fernando Silva**, respondendo às questões levantadas pelo Vice-Presidente da Câmara, o qual nunca as coloca em reuniões privadas e desta forma aproveita o facto de ter a comunicação social presente para fazer publicidade e mostrar algum trabalho, referindo que naquilo que deve mostrar trabalho não o apresenta, lamentando que as Informações e Propostas subscritas pelo Vice-Presidente contenham continuamente erros.

No que respeita à questão dos Gestores de Contrato, disse ter mais experiência do que o Vice-Presidente, o qual nunca deve ter assinado um Contrato Público sem ser como outorgante do Município. Esclareceu que foi com base na sua experiência que disse o que disse e não admite nem reconhece ao Vice-Presidente da Câmara qualquer experiência que lhe permita contradizer as suas afirmações, porque se disse o que disse é porque tem bases para tal, entendendo que, de futuro, o Vice-Presidente da Câmara deverá ser mais cuidadoso na gestão dos dinheiros públicos.

Em relação ao Rotary, referiu que se o Vice-Presidente estava tão certo de que era legal atribuir o subsídio, questionou porque razão foi solicitado o parecer, afirmando não ficar impressionado com o



Oliveira do Bairro câmara municipal

nome do jurista, uma vez que os pareceres se comprem e o próprio Presidente da República já disse que pode dar um parecer de uma maneira ou contrária.....

Quanto ao trabalho por si realizado ou pela UPOB, disse não ter de prestar contas, sendo que nunca questionou se era o Vice-Presidente da Câmara que mandava no CDS de Aveiro, ou se é outra pessoa de Aveiro que o tem apenas como testa de ferro, ou como um gato-pingado, somente para dar o nome, pelo que não admite ao Vice-Presidente que lhe coloque esse tipo de questões.

Realçou o facto de já ter apresentado em Reunião de Câmara sugestões de alteração de Propostas do Executivo, as quais continham erros e nenhum daqueles que está a ser pago a tempo inteiro detetou esses erros e, por conseguinte, ao Vice-Presidente disse não lhe reconhecer mérito ou experiência para lhe colocar qualquer questão e muito menos para o expor numa reunião em que está presente a Comunicação Social e não tem coragem para o fazer em reuniões privadas.

Tendo o atual Executivo Municipal tomado posse há mais de um ano e meio, referiu que ainda não foi aberto um procedimento concursal para tapar os buracos nos diferentes arruamentos do Concelho, sugerindo que colocasse à frente das obras públicas a Vereadora responsável pela abertura do procedimento do Carnaval, porque aí ver-se-ia trabalho.....

Recordou ter apresentado em outubro um requerimento, no sentido de ser presente uma Informação acerca das contas da municipalização do Ensino, que está a custar muito dinheiro aos Municípios de Oliveira do Bairro e de uma forma que não lhes competia estar a financiar essas operações, tendo na altura sugerido que fosse apresentado em finais de fevereiro, mas sendo esta a última Reunião do mês de fevereiro, o assunto não foi agendado.

Referiu que as contas da “Expobairrada” não podem somente ser apresentadas ao Vereador António Mota e da forma como foram, uma vez que há um Executivo Municipal e aquilo que é apresentado a um, deve ser apresentado a todos, lamentando mais essa ação do Vice-Presidente.

Relembrou que o Vice-Presidente da Câmara ficou igualmente de apresentar as contas do IPB e ainda não as apresentou.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, reportou-se às questões de segurança e iluminação pública na Rua da Ameixela, arruamento este que passa em frente à Gresart e que agora, tendo em atenção o condicionamento de trânsito da Rua Oliveira Rocha, por força das obras na Cerâmica Rocha, implicou um aumento da perigosidade naquele arruamento e que urge solucionar.

Fazendo referência a explicações dadas pelo Vice-Presidente da Câmara na última Sessão da Assembleia Municipal acerca das PARU's, após ter sido questionado por um Membro da Assembleia Municipal sobre as razões que levaram a que fossem aplicadas somente em Oliveira do Bairro e não em todo o Concelho, mencionou que a explicação do Vice-Presidente da Câmara foi de que tinha sido uma opção do PPD/PSD. A este respeito disse que a explicação do Vice-Presidente da Câmara ou foi dada de uma forma deliberada e, se o foi, foi uma arma política utilizada de má fé, se não foi



Oliveira do Bairro câmara municipal

deliberado foi por ingenuidade e, se o foi, é mau, uma vez que são pelouros e áreas fundamentais no seu raio de ação.

Acrescentou que as PARU's por procedimentos, por financiamentos, na altura em que surgiram somente poderiam ser feitas nas cidades e em Oliveira do Bairro somente existe uma cidade, que é a cidade de Oliveira do Bairro e se há algo que o PPD/PSD sempre fez bem e a obra está à vista, foi capitalizar fundos europeus para o Concelho e essas obras estão espalhadas por todas as freguesias e quanto àquele processo em concreto, somente foi possível fazê-lo na cidade, pelo que não foi uma mera decisão do PPD/PSD, foram os procedimentos habituais dentro deste raio de ação.

Mais disse que a decisão política do PPD/PSD passou apenas por direcionar os financiamentos para a Cerâmica Rocha, ou para determinado arruamento e mesmo essas obras tiveram de ser enquadradas, consoante os fundos que estavam disponíveis.

Referiu ainda que o PPD/PSD não se preocupou somente com a freguesia de Oliveira do Bairro, sendo exemplo a vila da Mamarrosa, a qual somente conheceu a maior projeção da sua freguesia, agora extinta, com o PPD/PSD, bastando para tal, ver o centro da vila da Mamarrosa e todas as obras que foram feitas durante os mandatos do PPD/PSD.

O **Vereador António Mota**, afirmou ser recorrente o Vice-Presidente da Câmara fazer determinadas insinuações e dizer asneiras, não trazendo nada de concreto à Câmara Municipal, o que, na sua opinião, começa a ser preocupante.

Disse não permitir ao Vice-Presidente da Câmara que fale nos grandes investimentos da Câmara Municipal em obras e infraestruturas na ADERCUS, uma vez que tal nunca existiu, sendo que as instalações da sua sede nada tiveram a ver com a Câmara Municipal. Somente parte do terreno que era destinado à pista em terra batida teve o apoio da Câmara Municipal, mas o outro terreno ainda não se encontra em nome da Associação, mas sim da Câmara Municipal. Assim, pelo que expos, constata que o Vice-Presidente fala do que não sabe e se quiser saber, deverá chamar as pessoas e questioná-las, não sendo nas Reuniões de Câmara que deve mostrar a sua ignorância relativamente aos assuntos.

Referiu ser uma vergonha a folha que lhe foi entregue pelo Vice-Presidente da Câmara em relação às contas da "Expobairrada", a qual comparou a uma folha de taberneiro, sendo, na sua opinião, uma vergonha ter apresentado daquela forma as contas da "Expobairrada", tendo ainda referido que se for necessário trará as contas da "Expobairrada" de 2015 e 2016, com a respetiva descrição de custos e receitas.

Questionou o Vice-Presidente quanto aos resultados que obteve quando esteve à frente de Associações do Concelho, que depois falará na ADERCUS e dos seus resultados.

Referiu que o prémio atribuído ao "Mix&Move" se prende ao fator de continuidade, reconhecendo que o evento foi bastante valorizado em 2018 e por conseguinte, será uma honra para o Concelho receber



Oliveira do Bairro câmara municipal

o prémio e por isso mesmo os trabalhadores do Município que se envolveram naquela iniciativa têm de ser igualmente valorizados.....

Quanto ao prémio atribuído pelo Turismo de Portugal à Rota dos Moinhos, projeto este que é intermunicipal, questionou onde é que Oliveira do Bairro se encontra. Recordou já ter sido afirmado em anteriores Reuniões de Câmara que Oliveira do Bairro é deficitária em termos de turismo e esta era uma grande oportunidade, pelo que questionou o que foi feito neste projeto intermunicipal.

Procurou saber o ponto de situação relativamente à Rua do Paraíso na Palhaça, no que à sinalética e ao abrandamento de trânsito diz respeito.

Disse não poder acontecer o que sucedeu na última Assembleia Municipal, estar a analisar àquela hora as questões relacionadas com as Comissões, quando as principais responsáveis pelas mesmas se ausentam da Assembleia Municipal, uma vez que os políticos quando são pagos têm responsabilidades acrescidas.

Relativamente à IERA, questionou se havia procura por parte de novas empresas, de novos projetos para aquele espaço e se tem havido adesão ao Balcão das Empresas, o qual foi inaugurado com pompa e circunstância.

Considerou estranha, a necessidade de o Executivo Municipal ter uma grande preocupação com Regulamentos, inexistindo, contudo, uma preocupação com a criação de um Regulamento de Acesso aos Lotes nas Zonas Industriais, tanto mais que é afirmado que o então existente já não se encontra válido após a aprovação do PDM.

Quanto à questão do kartódromo, questionou quem é que esventrou o kartódromo, o qual é propriedade da Câmara Municipal.

No que concerne ao Carnaval, lamentou que a Vereadora Lília Águas não tenha dito tudo, nomeadamente as mensagens que trocou consigo, considerando que esse será um assunto para debater numa outra reunião.

Quanto à solução provisória no Sobreiro, referiu que a mesma se encontra muito mal, pelo que deve ser colocada sinalética de imediato.

O **Presidente da Câmara**, apelou para que não houvesse em Reuniões de Câmara, insinuações acerca da qualidade dos diferentes Vereadores, independentemente de se concordar ou discordar com determinada pessoa ou opção, deve haver respeito e tratar todos de forma educada.....

Quanto à questão das pavimentações, informou que o primeiro procedimento se encontra em fase de outorga do Contrato, faltando apenas a apresentação da Garantia Bancária por parte do empreiteiro.

No que respeita ao Sobreiro, concordou não ser uma solução o que foi colocado por parte da AdRA, tendo já sido solicitado que o problema fosse resolvido de outra forma, tanto mais que não se encontra de acordo com o compromisso feito com a administração daquela entidade.

Já em relação ao kartódromo, informou que o processo se encontra em investigação pelas entidades



Oliveira do Bairro câmara municipal

competentes, tendo a Câmara Municipal já sido ouvida e como tal dever-se-á aguardar os seus desenvolvimentos.....

Quanto à Rua do Paraíso, disse que a Junta de Freguesia tinha enviado uma relação de quase todos os proprietários, tendo solicitado aos Serviços que fizessem chegar à Junta de Freguesia um mapa, que contribuísse para uma maior rapidez na recolha da informação necessária, sendo que já foi elaborado o estudo para o acesso à Zona Industrial da Palhaça, o qual foi igualmente apresentado à Junta de Freguesia, estando em fase de análise por parte dos proprietários que terão de ceder o necessário terreno.....

Acerca da promoção do Turismo, referiu que o Município se encontra um pouco mais à frente dos restantes Municípios no que respeita à Rota dos Moinhos, recordando que no “Mix&Move” foi lançada a campanha dos moinhos de vento.

Informou que mais duas empresas questionaram a possibilidade de se instalarem na IERA de Oliveira do Bairro.

No que respeita aos novos projetos e a novos investimentos, referiu que se tratam de opções políticas, as quais necessariamente têm o seu custo, recordando que uma dessas opções foi a venda da água à AdRA, o que implicou um maior custo para os consumidores e uma perda de receita para o Município.

Atendendo à descentralização de competências e tendo em atenção os procedimentos necessários para a aceitação ou não da descentralização de competências na área da educação, informou que o documento contendo os custos com aquela área será apresentado, aquando da referida discussão..

O Vice-Presidente da Câmara, disse manter o que disse relativamente às ARU's, uma vez que foram politicamente definidas 6 ARU's e dentro da ARU de Oliveira do Bairro foi definido o PARU com 12 ações, das quais 5 estão já a ser executadas e, dentro em breve, serão todas elas executadas no centro de Oliveira do Bairro.....

No que respeita às contas da “Expobairrada” e se o Vereador António Mota pretender uma informação mais detalhada, terá de fazer o que ele próprio fazia quando era Vereador da Oposição, que era vir à Câmara Municipal ver as contas do evento.

Considerou importante ter levantado a questão em relação à ADERCUS, porque assim se ficou a saber que aquela Associação ainda tem Presidente.

Recordou que, em devido tempo, apresentou as contas do IPB, se o Vereador Fernando Silva não esteve presente nessa mesma reunião, poderá solicitar as mesmas.

Em relação aos Contratos, confirmou que durante 17 anos, enquanto foi gestor bancário nunca assinou contratos públicos, mas quando desconhece questiona e, por conseguinte, entendeu consultar uma pessoa que fez parte da equipa que elaborou o Código dos Contratos Públicos, ou seja, alguém que tem legitimidade para dizer, não ser recomendável que um membro do Executivo



Oliveira do Bairro câmara municipal

Municipal seja nomeado gestor de Contrato.....

Pelas palavras do Vereador Fernando Silva, ficou a saber que os Pareceres da CCDD-C se podem comprar.

No que respeita ao conteúdo das suas propostas, referiu que as prefere fazer com menor consistência, do que fazer plágio de trabalhos elaborados para outras Câmaras Municipais e depois publicá-los como sendo próprios.....

Referiu ter ido a votos para a Distrital do CDS-PP de Aveiro, tendo vencido em 17 dos 19 Concelhos do Distrito, pelo que entende ter sido legitimamente eleito e exercerá as suas funções até ao final do Mandato.....

A **Vereadora Lília Águas**, informou não ter trocado mensagens com o Vereador António Mota e quando aquele Vereador lhe telefonou, somente colocou uma questão, se tinha sido a empresa do Sr. Lino Bastos a ganhar o procedimento, tendo-lhe dito que não.....

Quanto à presença ou não nas Assembleias Municipais, disse ficar espantada com a referência, lembrando que ao longo de 12 anos não se recorda que alguma vez o então Presidente da Câmara tenha dado o uso da palavra a um Vereador na Assembleia Municipal para esclarecer o que quer que fosse. No caso em concreto, informou que o Presidente da Câmara possuía todos os elementos necessários para prestar os devidos esclarecimentos.

O **Vereador Fernando Silva**, afirmou que o Presidente da Câmara está há já 18 meses a colocar a mão por baixo ao Vice-Presidente da Câmara, apesar da sua incompetência.....

Afirmou igualmente que o Vice-Presidente da Câmara proferiu palavras de uma forma caluniosa, uma vez que duvida que o mesmo saiba o que é plágio e, por conseguinte, acredita em tudo o que lê, porque fez a afirmação baseado num artigo que leu no “Jornal da Bairrada”, que foi encomendado por alguém e que ficou em águas de bacalhau porque nada chegou ao Ministério Público, porque tudo o que saiu no “Jornal da Bairrada” era falso. Acrescentou que o “Jornal da Bairrada” tem uma Diretora que é apoianta do CDS-PP.

Acrescentou que o Vice-Presidente da Câmara devia fazer alguma investigação, porque fez uma acusação caluniosa, tendo a sua intervenção sido tão estúpida e demonstra uma grande falta de conhecimento sobre o tema, que não vale a pena perder tempo em fazer queixa ao Ministério Público.

O **Presidente da Câmara**, apelou a todos que não proferissem certas e determinadas expressões...

O **Vereador António Mota**, disse não perceber porque razão algumas pessoas se evidenciam mais em Reuniões Públicas, a menos que seja por necessidade de afirmação.

No que respeita à Rota dos Moinhos no Concelho de Vagos, lembrou que para além dos Moinhos do Boco, também existem os Moinhos de Vento de Sto. André.....

Disse não conseguir ter a atitude que a Vereadora Lília Águas tem nas Reuniões de Câmara, afirmando que a Vereadora foi muito mais longe do que afirmou e não foi somente com mensagens,



Oliveira do Bairro câmara municipal

falou diretamente com o Vereador António Mota, mas também mandou mensagens para outras pessoas e incomodou outras pessoas com atitudes menos corretas porque nem sequer as conhece. Disse não ser obrigado, quando está em reuniões da Distrital, a estar a ser incomodado por pessoas que a Vereadora contactou.

Quanto à questão das Comissões, disse que ficava bem a um Vereador responsável por um Pelouro, estar presente no momento em que se vai falar sobre a Comissão que tutelou durante o ano e na sua intervenção apenas transmitiu a sua opinião, não tendo atacado ninguém.

Referiu que acerca do Carnaval ainda muito haverá para discutir, relembrando que os Serviços não souberam dizer, na anterior Reunião de Câmara, qual o valor base do concurso e quais as propostas apresentadas.

O **Vice-Presidente da Câmara**, disse que a sua intervenção, considerada estúpida, era relativa a um artigo de opinião publicado no “Jornal da Bairrada” pelo Vereador Fernando Silva, o qual era cópia integral de um trabalho apresentado na Câmara Municipal do Sabugal dois anos antes.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que o Vice-Presidente da Câmara optou por não mencionar que o artigo do “Jornal da Bairrada”, que era da Câmara Municipal do Sabugal foi escrito pela pessoa que o autorizou a usá-lo.

PONTO 2 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2019

Por não ter estado presente na Reunião de Câmara realizada no dia 14 de fevereiro de 2019, não participou na votação o Vereador Fernando Silva.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 14 de fevereiro de 2019, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores.

2.º - Aprovar a ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 14 de fevereiro de 2019, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

PONTO 3 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 61 – MANDATO 2017/2021, PRESTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – DOAÇÃO DO PALACETE E TORREÃO DO VISCONDE DE BUSTOS
Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, disse haver um reconhecimento público relativamente àquele espaço e, nomeadamente, à necessidade de recuperar o mesmo.

Informou terem sido desenvolvidas diversas diligências com a Associação, tendo sido enviada uma



Oliveira do Bairro câmara municipal

Proposta à mesma e sido discutida entre as partes, após o que a Assembleia da ABC deliberou dentro das condições que se encontram transcritas na Informação que foi entregue aos Vereadores, aceitar a doação ao Município, condições essas que também terão de ser aprovadas pelo Executivo Municipal.

Disse que na mesma Informação é mencionada uma condição de registo da propriedade horizontal daquele equipamento, para que o processo possa ser concluído, sendo que a Direção informou que o processo se encontra praticamente concluído, pelo que, dentro em breve será outorgado o Contrato, de modo a que o Município possa intervir no imóvel.

O **Vereador Fernando Silva**, considerou importante que fosse estipulado um prazo máximo para o imóvel passar para posse da Câmara Municipal, esperando, contudo, que tal seja levado a feito muito em breve.

Tendo lido a ata da Assembleia Geral da ABC, constatou que existe a necessidade de uma intervenção imediata de realização de obras no Torreão, o que levanta a questão de que a Câmara Municipal está a aceitar e muito bem a doação daquele imóvel, sem qualquer contrapartida. Contudo, pela leitura da ata, entendeu que algumas contrapartidas deveriam ser incluídas, nomeadamente quando é mencionado que a Câmara Municipal se comprometia a custear despesas relacionadas com as obras no telhado, mas que as mesmas não ficariam escritas. Entende que, se foram feitas negociações com a ABC e se o Presidente da Câmara se comprometeu a ajudar a custear as obras no telhado, deveria essa contrapartida ser claramente incluída, para que os futuros intervenientes tivessem conhecimento de todas as obrigações.

Referiu que, dispondo a Câmara Municipal de recursos técnicos, os mesmos poderão elaborar os respetivos projetos, tanto mais que, existem obras cujo processo de licenciamento poderá ser mais complicado.

Mais disse que, quando se recebe algo, tem de se saber quanto é que irá custar, não só agora, mas de futuro. Sendo mencionado que deverão ser efetuadas obras dentro de cinco anos, entende que o Presidente da Câmara deveria ter solicitado aos Serviços Técnicos da Câmara Municipal que elaborassem uma informação com a previsão dos custos com as obras que se comprometeu a realizar, não só na ABC, mas igualmente nas instalações do Orfeão.

Procurou saber o que irá acontecer durante estes cinco anos até se iniciarem as obras, uma vez que somente após a conclusão das obras é que serão cedidos 50 metros à ABC, o que significa um vazio relativamente aos espaços que atualmente estão a ser utilizados.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, disse concordar com o Vereador Fernando Silva, de que o Contrato deve especificar todas as contrapartidas de forma clara e transparente, as obrigações da Câmara Municipal e as da ABC.

Recordou que a questão do Palacete é das questões mais antigas que o Município tem para resolver,



Oliveira do Bairro câmara municipal

devendo ser encarado como um polo potenciador e oportuno para criar novas potencialidades no Concelho, devendo, por conseguinte, acompanhar-se o processo de doação e o estudo, no qual deve ser acautelada a futura funcionalidade que a Câmara Municipal pretende dar aquele espaço e para que todos os intervenientes possam vir a beneficiar desta doação.

O **Vereador António Mota**, disse sempre ter pugnado pela resolução desta questão, entendendo, contudo, que, qualquer doação deverá ter subjacente os seus princípios, os seus compromissos, a quantificação, para que o Executivo Municipal possa deliberar de acordo com o que se perspetiva executar em termos de contrapartidas e outras.....

Acrescentou que se deveria avançar com alguma cautela, uma vez que consta na Ata, a execução de outras obras pertencentes a frações daquela propriedade horizontal, as quais deveriam estar perfeitamente descritas e quantificadas.....

Na sua perspetiva, não faz sentido numa obra daquela dimensão e tendo em atenção a dignidade que o Concelho pretende dar à obra, não haver já um estudo de quantificação, tanto mais que já tinha sido aprovado por unanimidade uma Proposta do PPD/PSD relativamente ao Torreão, em que a Câmara Municipal se responsabilizou por efetuar o estudo e realizar as obras.

Continuou dizendo que o Executivo Municipal deveria ter já toda a documentação para análise, nomeadamente no que respeita ao estado das situações, o que se perspetiva fazer de imediato, uma vez que cinco anos é muito tempo e para se tomar uma decisão em coerência, devia ser apresentado esse tipo de quantificações.

O **Presidente da Câmara**, referiu que a Informação era bastante clara no que respeita ao tipo de doação que irá ser aceite, existindo uma propriedade horizontal, fazendo parte das cláusulas que o Município assume todas as obras na fração “A”, independentemente de serem da responsabilidade do condomínio e depois, como condómino assume perante os outros as obras que vierem a ocorrer, o telhado da ABC e as obras do telhado do Orfeão de Bustos. Disse ser este o compromisso que foi assumido pela Câmara Municipal.

Mais disse existir um orçamento para a recuperação do Palacete, o qual é sobejamente conhecido, tendo sido efetuado um levantamento há já alguns anos e voltou a ser efetuado aquando do início das conversações entre a Câmara Municipal e a ABC de Bustos e que se prende com a sustentabilidade do telhado, sendo que o orçamento previsional ronda os 400.000,00 € (quatrocentos mil euros), sendo este o gasto inicial previsto para aquele equipamento, já que não se tem de esperar cinco anos para se começarem as obras, mas sim, até cinco anos.....

Quanto à legalização das obras da ABC, mais concretamente do condomínio, uma vez que são proprietários a Casa do Povo de Bustos, o Orfeão de Bustos e a ABC de Bustos, foi colocado à disposição das Associações o Corpo Técnico do Município para que, dentro das suas competências, para ajudar na legalização, ou na elaboração de projetos de arquitetura, o que significa que a Câmara



Oliveira do Bairro câmara municipal

Municipal fará tudo o que estiver ao seu alcance para que a ABC veja as suas frações legalizadas para os respetivos serviços que ali presta.

Relembrou que a própria Proposta transcreve as obrigações, nomeadamente quando refere o que a Associação não suporta e igualmente o que o Município irá suportar no seio do condomínio.

O **Vereador Fernando Silva**, confirmou que o que foi transcrito para a Informação é exatamente o que consta da Ata da ABC, contudo, realçou estar escrito que o Município fica obrigado a dar início até ao prazo de cinco anos, mas o que foi afirmado pelo Presidente da Câmara, era que as obras ficariam concluídas no prazo de cinco anos.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que o que pretendia referir era, dar início até ao prazo de cinco anos.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar, livre de quaisquer ónus ou encargos, nos termos e condições constantes da alínea e) da Informação/Proposta n.º 61 – Mandato 2017/2021, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, a doação da Fração A do Prédio em regime de propriedade horizontal, sita no edifício 1, na Rua 18 de Fevereiro, em Bustos, composta de 3 pisos (rés do chão, primeiro andar e sótão) e um torreão exterior, com a área do terreno integrante de 1.480m², área bruta privativa de 539,20m² e área bruta dependente de 269,60m², destinada a serviços, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 2529 A, e não descrita na Conservatória do Registo Predial, mas integrante do Prédio [mãe] descrito na Conservatória do Registo Predial de Oliveira do Bairro, com o número 3112, propriedade da Associação de Beneficência e Cultura de Bustos, identificada nas Plantas n.ºs 1 e 2, ao qual se atribui para efeitos fiscais o valor do VPT, ou seja 105.644,70€ (cento e cinco mil e seiscentos e quarenta e quatro euros e setenta cêntimos).

PONTO 4 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 62 – MANDATO 2017/2021, PRESTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – ESTRUTURA INTERNA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota e Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, referiu ter sido entregue a documentação que detalha o pretendido com a nova organização dos Serviços Municipais, pelo que estava ao dispor para qualquer esclarecimento.

O **Vereador Fernando Silva**, disse que presentemente existe uma equidade na distribuição de fundos, com critérios matemáticos sobre o que o Município recebe do Governo Central, pelo que não será por intermédio dos apoios do Estado que um Município irá sobressair numa região relativamente aos seus vizinhos, vai sobressair através de outra componente, que é o investimento privado e nos últimos anos, durante o Mandato do PPD/PSD, apenas uma empresa se instalou, naquele caso, na



Oliveira do Bairro câmara municipal

Zona Industrial da Palhaça e pouco mais se fez por opção do anterior Presidente da Câmara.....
Recordou que na última Campanha Eleitoral, todos estavam de acordo que havia necessidade de dar um novo impulso na área de desenvolvimento económico, porque é isso que vai fazer Oliveira do Bairro melhor que os outros Concelhos.

Realçou que a Câmara Municipal já iniciou o processo de aquisição de terrenos, que apoia incondicionalmente, mas será necessário transmitir igualmente essa imagem, essa vontade e esse desejo, tendo ficado dececionado por verificar no organigrama que é proposto, não existir uma Unidade de 2.º Grau de Desenvolvimento Económico e a reportar não a um Vereador, mas ao Presidente da Câmara. Considera este, um erro crasso, pelo que, antes de levar o documento à Assembleia Municipal, deveria reunir com os Vereadores e considerar a possibilidade de fazer uma alteração. Acrescentou que, a área de desenvolvimento económico, encontra-se na Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, não se encontra diretamente ligada ao Presidente da Câmara e ficaria muito orgulhoso se esta alteração fosse efetuada.

Disse considerar que o Licenciamento de Obras Particulares merece igualmente uma Unidade de Gestão, no mínimo de 3.º Grau.....

O **Vereador António Mota**, questionou se já se perspectiva algo no âmbito da descentralização.

O **Presidente da Câmara**, referiu que a reorganização dos Serviços Municipais, também se prende com o facto de já se ter aceite algumas competências e também para que os Serviços se preparem para as futuras competências.

Disse que, a Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e que integra as Obras Particulares, é uma Unidade de 2.º Grau.....

Acrescentou que, o Presidente da Câmara será sempre o responsável pelo desenvolvimento económico e que não se deve isolar as Unidades em si mesmas, mas antes funcionar como um todo e o facto de não haver uma Unidade de Desenvolvimento Económico, não significa que o Município não esteja a ter a projeção mencionada pelo Vereador Fernando Silva, ou que não tenha essa vontade.....

O **Vice-Presidente da Câmara**, disse que a Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística, integra as Obras Particulares, o Planeamento e o Desenvolvimento Económico e, sendo um Pelouro seu, tem havido uma preocupação permanente e constante, em articulação com o Presidente da Câmara, de forma a conseguir-se desenvolver e promover o Concelho, ao contrário do que sucedeu nos últimos anos.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Aprovar, ao abrigo das alíneas c) e d) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro conjugado com o n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, e nos termos constantes da proposta de Regulamento da Organização dos Serviços anexo à



Oliveira do Bairro câmara municipal

Informação/Proposta n.º 62 – Mandato 2017/2021, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais:.....

a) a criação de 7 (sete) unidades orgânicas flexíveis de 2.º (segundo) Grau (Divisões Municipais), a saber:.....

i. Unidade Flexível de 2.º grau Administrativa e Jurídica (Divisão);

ii. Unidade Flexível de 2.º grau Financeira, de Gestão e Património (Divisão);

iii. Unidade Flexível de 2.º grau Educação, Saúde, Ação Social e Idade Maior (Divisão);

iv. Unidade Flexível de 2.º grau de História, Cultura, Turismo, Desporto e Juventude (Divisão);.....

v. Unidade Flexível de 2.º grau de Planeamento e Gestão Urbanística (Divisão);.....

vi. Unidade Flexível de 2.º grau de Obras Municipais (Divisão);

vii. Unidade Flexível de 2.º grau de Ambiente, Manutenção e Serviços Urbanos (Divisão);

b) A criação de 4 (quatro) unidades orgânicas flexíveis de 3.º (terceiro) grau (Serviços), a saber:.....

i. Unidade Flexível de 3.º grau de Sistemas de Informação Geográfica (Serviço),

ii. Unidade Flexível de 3.º grau de Informática e Telecomunicações (Serviço);

iii. Unidade Flexível de 3.º grau de Ação Social e Idade Maior (Serviço);

iv. Unidade Flexível de 3.º grau de Ambiente e Qualidade de Vida (Serviço);

c) A criação de 1 (uma) unidade orgânica flexível de 4.º (quarto) grau (Serviços), a saber:

i. Unidade Flexível de 4.º grau de Desporto e Juventude (Serviço);

d) E a definição das respetivas atribuições e competências.

2.º - Aprovar o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, em anexo à Informação/Proposta n.º 62 – Mandato 2017/2021, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais;.....

3.º - Promover a publicação no Diário da República, do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e respetivos anexos, contendo o mesmo a estrutura flexível dos serviços municipais aprovada pela Câmara Municipal e as subunidades criadas por despacho do Presidente da Câmara, por força do disposto no n.º 6, do art.º 10.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, com vista a que a mesma ganhe plena eficácia.

PONTO 5 – PROPOSTA APRESENTADA PELA VEREADORA DO PELOURO – NOMEAÇÃO DOS REPRESENTANTES PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Águas a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.....

A **Vereadora Lília Águas**, disse que há algum tempo que a Câmara Municipal vem insistindo na nomeação dos representantes no Conselho Municipal da Educação, o qual ainda não reuniu pelo facto de faltar a indicação de alguns elementos, nomeadamente das Associações de Pais e da



Oliveira do Bairro câmara municipal

Associação de Estudantes e essa indicação foi recebida apenas no dia 14 de fevereiro.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, questionou se não se enquadrará neste âmbito, a nomeação da Diretora do Agrupamento de Escolas, o representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas e ainda o representante governamental do sector.....

O **Vereador António Mota**, disse não ser justificação para inexistir reuniões dos Conselhos a não indicação de um ou dois elementos desse mesmo Conselho. Questionou se existe algo na Lei que impeça a reunião se não estiverem os seus elementos todos nomeados, se não podem deliberar ou emitir pareceres. Entende que aquele argumento que é utilizado para não haver reuniões dos Conselhos não faz qualquer sentido.

O **Vereador Fernando Silva**, solicitou à Vereadora do Pelouro que fosse mais sensível nesta situação, uma vez que verifica não existir a indicação de uma Associação de Pais da Palhaça.

A **Vereadora Lília Águas**, informou o Vereador Fernando Silva que a indicação não é sua, são as Associações de Pais que indicam o respetivo representante, sendo esta indicação efetuada de forma rotativa, à semelhança do que sucede com a indicação de um representante dos Presidentes de Junta.....

Explicou que se tem de distinguir o funcionamento dos Conselhos, da respetiva composição. Qualquer Conselho antes de iniciar funções tem de ser nomeado para que possa funcionar e serem agendadas as reuniões e aí os respetivos membros poderão faltar.

Acrescentou que, enquanto o Conselho Municipal não for composto, não for subscrito pela Câmara Municipal e aprovado pela Assembleia Municipal, não poderá funcionar, tendo para esse efeito sido contactadas as entidades para indicar o respetivo representante.....

O **Vereador António Mota**, disse que o Município de Oliveira do Bairro não pode estar sem reunir o Conselho, pelo simples facto de uma ou outra Associação não ter indicado o seu representante, porque já se está há mais de um ano à espera que o Conselho tome posse, para que possa haver uma reunião, porque desta forma está o Conselho subjugado ao facto de um ou outro elemento não tomar posse, pelo que, na sua opinião, deveria ter sido solicitado que fosse substituído.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, questionou novamente sobre a ausência de um representante governamental deste sector e da Diretora do Agrupamento de Escolas e do Conselho Pedagógico, sendo que esta questão se prende com o facto de Oliveira do Bairro ter sido um Município piloto na descentralização na área da Educação.

A **Vereadora Lília Águas**, informou que as indicações constam do próprio Regimento, sendo representantes aqueles que a Lei indica.

Recordou ao Vereador António Mota que, as pessoas indicadas para o Conselho somente poderão tomar posse após a respetiva nomeação, sendo que, sempre respeitou as entidades que tinham de ser consultadas, assim como os nomes por eles indicados.



Oliveira do Bairro câmara municipal

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Subscrever a seguinte composição do Conselho Municipal de Educação:

- Presidente da Câmara Municipal – Dr. Duarte dos Santos Almeida Novo;

- Presidente da Assembleia Municipal – Dr. Francisco José de Oliveira Martins;.....

- Vereador da Educação – Dr.ª Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas;

- Presidente da Junta de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal em representação das freguesias do concelho – Dr. Simão Vela (Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro);

- Representante da Direção Regional de Educação do Centro – Dr.ª Ana Maria Alves Garcia Botinas;

- Representante do pessoal docente do Ensino Secundário Público – Dr. Carlos Alberto Dourado Freitas;.....

- Representante do pessoal docente do Ensino Básico Público – Dr. Lídio Jesus Fernandes;

- Representante do pessoal docente da Educação Pré-Escolar Pública – Dr.ª Maria Helena Soares; .

- Representantes das Associações de Pais e Encarregados de Educação – Dr.ª Elisabete Reste Rei (Os Amiguinhos-Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Bustos) e Rui Oliveira Pinho (Associação de Pais da Escola Básica do Troviscal);.....

- Representante das Associações de Estudantes – Valdir António Coimbra (Associação de Estudantes da Escola Secundária de Oliveira do Bairro);

- Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social que desenvolvem atividades na área da Educação – Dr.ª Maria Helena Reis Pires Morais dos Santos Réu (Centro Social de Oitã);

- Representante dos Serviços Públicos de Saúde – Dr.ª Ana Pires de Oliveira (Coordenadora da Unidade de Saúde Pública do ACES);.....

- Representante dos Serviços de Segurança Social – Dr.ª Fátima Helena Pereira (Instituto de Solidariedade e Segurança Social);

- Representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional – Dr. José António Gomes (Centro de Emprego de Águeda);

- Representante dos Serviços Públicos da área da Juventude e do Desporto – Dr. Luís Jorge Fardilha;

- Representante das Forças de Segurança – Comandante do Posto Territorial de Oliveira do Bairro, Sargento Ajudante Luís Ferreira Pinto;

- Representante do Conselho Municipal da Juventude – Dr. Ricardo Regalado.

2.º - Remeter o presente assunto à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro.....

PONTO 6 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 98/GAP – GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE AS FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO – PROPOSTA FINAL



Oliveira do Bairro câmara municipal

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, os Vereadores Lília Águas, António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.....

O **Presidente da Câmara**, lamentou o lapso no envio da documentação relativo a este assunto, a qual foi posteriormente remetida à Assembleia Municipal, estando o mesmo novamente em Reunião de Câmara para que esse mesmo lapso seja corrigido e para que não subsistam quaisquer dúvidas.

O **Vereador António Mota**, entende que os Serviços responsáveis terão de ter cuidado em relação a estas situações, uma vez que o Executivo Municipal ficou malvisto na Assembleia Municipal, chegando ao ponto de se dizer que os Vereadores não liam a documentação e se a falha não tivesse sido detetada o documento errado teria sido aprovado, pelo que solicitou ao Presidente da Câmara que comece a dar uma vista de olhos aos assuntos, ou que se reúna com os Técnicos responsáveis, de modo a poder evitar situações semelhantes.....

O **Vereador Álvaro Ferreira**, reforçou as palavras do Vereador António Mota, dizendo que os Vereadores da Oposição, ao longo das diferentes Reuniões de Câmara, quando se apercebem de lapsos, de erros ou de falta de documentação, não o fazem por mesquinhez, mas sim por respeito ao Órgão Câmara Municipal e quando uma situação destas ocorre na Assembleia Municipal, é todo o Executivo que fica malvisto.

A **Vereadora Lília Águas**, disse concordar com os Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira, mas reconhece que por vezes existem alguns lapsos ou erros, contudo, a diferença é a forma como os mesmos são reconhecidos, recordando que quando foi Vereadora da Oposição, quando os erros ou lapsos eram detetados, o então Presidente da Câmara dizia que era para votar tal como se encontrava o documento, não sendo sequer reconhecido o trabalho de casa que era feito. Por tal facto, congratula-se pelo facto de a postura ser diferente, havendo a humildade em reconhecer os erros.

O **Vereador Fernando Silva**, disse não ser nem mais nem menos que os restantes Vereadores, pelo que, se os Vereadores com Pelouros lessem igualmente a documentação entregue certamente que detetariam os mesmos erros que os Vereadores da Oposição detetam.....

Em seguida, solicitou que os mesmos documentos que são remetidos aos Membros da Assembleia Municipal, fossem igualmente remetidos aos Vereadores.

O **Presidente da Câmara**, disse que o lapso foi reconhecido e deverá ser retificado, por forma a seguir para a Assembleia Municipal.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, esclareceu que será sempre coerente naquilo que é o exercício da sua função enquanto Vereador do atual Executivo Municipal, sendo que, em relação ao passado não se poderá pronunciar.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Revogar a deliberação da Câmara Municipal tomada na sua Reunião Extraordinária de 18.01.2019, referente ao ponto 7;



Oliveira do Bairro câmara municipal

2.º - Subscrever a proposta de Alteração do Regulamento Municipal sobre as Formas de Apoio às Freguesias do Município de Oliveira do Bairro, ao abrigo das disposições combinadas previstas, respetivamente, nos artigos 241.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, nos precisos termos do documento apresentado em anexo à Informação|Proposta n.º 98/GAP prestada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente e datada de 22 de fevereiro de 2019 e que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais;.....

3.º - Submeter à aprovação da Assembleia Municipal aquele projeto de Regulamento, por força do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do sobredito diploma legal;

4.º - Seguidamente, em caso de aprovação nos termos antes mencionados, promover a sua publicação nos termos legais.

PONTO 7 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 100/GAP – GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – CEDÊNCIA DO PAVILHÃO DESPORTIVO À ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS DA MAMARROSA NO DIA 9 DE MARÇO, PARA EFEITOS DE REALIZAÇÃO DO “17.º CAMPEONATO NA VERTENTE DE KATA 2019”.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência gratuita à Associação de Melhoramentos da Mamarrosa, do Pavilhão Desportivo Municipal, no dia 9 de março de 2019, para efeitos de realização do “17.º Campeonato na vertente de Kata 2019”.

PONTO 8 – CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DA FREGUESIA DE OIÃ NO DIA 31 DE MARÇO, AO AGRUPAMENTO DE ESCUTEIROS 1143 DE S. SIMÃO DE OIÃ, COM VISTA À REALIZAÇÃO DE PEÇA DE TEATRO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência gratuita ao Agrupamento de Escuteiros 1143 de S. Simão de Oiã, do Auditório da Freguesia de Oiã, no dia 31 de março de 2019, para efeitos de realização de peça de Teatro.....

PONTO 9 – CEDÊNCIA DO ESPAÇO INOVAÇÃO E DO AUDITÓRIO NO DIA 17 DE MARÇO, À ASSOCIAÇÃO ORFEÃO SOL DO TROVISCAL, COM VISTA À REALIZAÇÃO DE ALMOÇO E CONCERTO DE ANIVERSÁRIO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência gratuita à Associação Orfeão Sol do Troviscal, do “Espaço Inovação” e do Auditório, no dia 17 de março de 2019, para efeitos de realização de almoço e concerto de aniversário.....

PONTO 10 – CEDÊNCIA DO ESPAÇO INOVAÇÃO NO DIA 10 DE MARÇO, À ASSOCIAÇÃO



Oliveira do Bairro câmara municipal

RECREATIVA E HUMANITÁRIA DE MONTELONGO DA AREIA, COM VISTA À REALIZAÇÃO DA “I FESTA DOS ROJÕES À ANTIGA DA BAIRRADA”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência gratuita à Associação Recreativa e Humanitária de Montelongo da Areia, do “Espaço Inovação” no dia 10 de março de 2019, para efeitos de realização da “I Festa dos Rojões à antiga da Bairrada”

PONTO 11 – CEDÊNCIA DO ESPAÇO INOVAÇÃO DE 3 A 7 DE JUNHO E DE 16 A 20 DE SETEMBRO, À COOPLECNOORTE, COM VISTA À REALIZAÇÃO DE FEIRAS

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto.

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou que a Cooplecnorte solicitou a disponibilização do “Espaço Inovação”, com vista à realização de duas feiras e que contribui para o desenvolvimento económico do Concelho, cedência que terá como contrapartida o pagamento da quantia de 1.250.00 € (mil duzentos e cinquenta euros) + IVA, por cada uma das semanas solicitadas.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do “Espaço Inovação” à empresa Cooplecnorte S.A., nas semanas de 3 a 7 de junho e 16 a 20 de setembro para a realização de duas feiras nos dias 5 de junho e 18 de setembro de 2019 mediante o pagamento da quantia de 1.250.00 € (mil duzentos e cinquenta euros) + IVA, por cada uma das semanas pretendidas.

PONTO 12 – CEDÊNCIA DO ESPAÇO INOVAÇÃO DE 13 DE OUTUBRO A 10 DE NOVEMBRO, AO CLUBE ORNITÓFILO DA BEIRA LITORAL, COM VISTA À REALIZAÇÃO DA “24.ª EXPOSIÇÃO DE AVES CANORAS E ORNAMENTAIS, EXPO-AVE 2019”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência gratuita ao Clube Ornitófilo da Beira Litoral, do “Espaço Inovação” de 13 de outubro a 10 de novembro de 2019, para efeitos de realização da “24.ª Exposição de Aves Canoras e Ornamentais, Expo-Ave 2019”.

PONTO 13 – E-MAIL DA BANDA FILARMÓNICA DA MAMARROSA, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DE PALCO/ESTRADO, GRADES DE SEGURANÇA E SACOS COM LEMBRANÇAS, PARA O DIA 14 DE ABRIL PARA APOIO À REALIZAÇÃO DO “XVIII ENCONTRO DE BANDAS FILARMÓNICAS”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência de palco/estrado, grades de segurança e sacos de lembrança, à Banda Filarmónica da Mamarrosa, no dia 14 de abril de 2019.

PONTO 14 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 21 – MANDATO 2017/2021, PRESTADA PELO VICE-



Oliveira do Bairro câmara municipal

PRESIDENTE DA CÂMARA – DESFILE DE CARNAVAL NAS RUAS DA CIDADE DE OLIVEIRA DO BAIRRO – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto.

O **Vice-Presidente da Câmara**, disse tratar-se de uma redução no pagamento das taxas por ocupação do espaço público por parte de Vendedores Ambulantes, os quais têm solicitado a respetiva autorização para exercerem a sua atividade no dia do desfile de carnaval, tendo-se entendido que a atividade era útil para o evento e, por conseguinte, dado o interesse municipal, decidiu-se reduzir o montante das taxas para metade.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara, datado de 15 de fevereiro de 2019, em que autorizou a redução em 50% do valor das taxas de ocupação de espaço público por vendedores ambulantes, durante a realização do Desfile de Carnaval nas Ruas da Cidade de Oliveira do Bairro.

PONTO 15 – DESPACHO N.º 148 – MANDATO 2017/2021 DO PRESIDENTE DA CÂMARA – TOLERÂNCIA DE PONTO NO CARNAVAL – PARA CONHECIMENTO.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Despacho n.º 148 – Mandato 2017/2021 do Presidente da Câmara, datado de 22 de fevereiro de 2019.

PONTO 16 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 99/GAP – GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES INSCRITAS NA BASE DE DADOS MUNICIPAL DE ASSOCIAÇÕES – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – ROTARY CLUB DE OLIVEIRA DO BAIRRO – PARECER DA CCDR CENTRO – PARA CONHECIMENTO.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor da Informação/Proposta n.º 99/GAP do Gabinete de Apoio ao Presidente, datada de 22 de fevereiro de 2019.

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia 27 de fevereiro do ano de 2019, do qual constam os seguintes dados e valores:.....

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: 1.331.870 Euros e 03 Cêntimos

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: 745.730 Euros e 21 Cêntimos

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: 2.077.600 Euros e 24 Cêntimos

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:



Oliveira do Bairro câmara municipal

Creolinda Farias, residente na Freguesia de Oliveira do Bairro, disse que a Rua Maestro Alfredo Rodrigues se encontra em muito mau estado, questionando quando é que se prevê a requalificação do traçado, a qual já tinha sido prometida pelo anterior Presidente da Câmara

O **Presidente da Câmara**, informou que a Rua Maestro Alfredo Rodrigues é uma das ruas que conflui com a Rua Dr. Alberto Tavares de Castro e esta é uma das vias que irá ser intervencionada no âmbito das PARU's, o que obrigará a uma intervenção na Rua Maestro Alfredo Rodrigues, daí que a intervenção não seja efetuada de imediato.

Mais disse que se prevê um alargamento da via, em terrenos que atualmente pertencem à Junta de Freguesia e que terão de ser cedidos e ainda alguns lugares de estacionamento e águas pluviais, concluindo que será inequívoca uma intervenção naquele arruamento por força da intervenção na Rua Dr. Alberto Tavares de Castro.

.....
Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dezasseis horas e trinta minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, José Miguel Cardoso Duarte, Técnico Superior (em regime de mobilidade), que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.

Duarte dos Santos Almeida Novo

José Miguel Cardoso Duarte

Jorge Ferreira Pato

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas



Oliveira do Bairro câmara municipal

Susana Maria da Silva Martins

António Augusto Marques Mota

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Fernando José Martins da Silva